

Curriculum Vitae



Telma Pires de Lima

Consultora Sénior da área de Resolução de Litígios da PLMJ

Av. Fontes Pereira de Melo, 43, 1050-119 Lisboa, Portugal

(+351) 21 319 73 00

telma.pireslima@plmj.pt

Identificação pessoal e profissional

Telma Pires de Lima é Advogada inscrita na Ordem dos Advogados Portugueses desde 2002.

Integra a PLMJ Advogados SP, RL, desde 2000, onde atualmente é Consultora Sénior da Área de Resolução de Litígios.

Educação

- Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2000);
- Pós-graduação em Prática Forense e Assessoria Jurídica de Empresas na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Escola de Lisboa (2002);
- Pós-graduação em Direito dos Contratos e do Consumidor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2009);
- 6.º Curso de Extensão Universitária em Arbitragem na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2015).

Experiência profissional

Integra a PLMJ Advogados SP, RL, desde 2000, onde atualmente é Consultora Sénior da Área de Resolução de Litígios.

Tem prestado assessoria em processos de contencioso de construção, de contencioso societário e de contencioso de contratos comerciais. Representa clientes de vários setores, nomeadamente construção, banca e energia.

Desde 2013 que a sua atividade é focada na arbitragem, doméstica e internacional.

É membro da Associação Portuguesa de Arbitragem.

Experiência em arbitragem comercial (como advogada – seleção)

- Em representação de um banco português no âmbito de três arbitragens *ad hoc* contra o Estado Português – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de uma empresa pública de Cabo Verde no âmbito de uma arbitragem CCI contra um grupo de construção francês relativa a contrato para a construção de uma central termoelétrica naquele país – lugar da arbitragem Zurique e lei aplicável a de Cabo Verde;
- Em representação de um grupo internacional cimenteiro em arbitragem contra um grupo internacional dinamarquês relativa ao desempenho defeituoso de um contrato de dragagem marinha – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de um grupo internacional no setor do retalho em arbitragem contra um consórcio de construção luso-espanhol relativa a contrato para a construção de um centro comercial – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de grupo internacional no setor da construção e energia em duas arbitragens *ad hoc* contra o Estado Português relativas à construção e concessão de duas barragens hidroelétricas – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de um fundo de capital de risco português em arbitragem contra empresa líder nos setores de construção metálica, construção naval e energia renovável, relativo a litígio entre acionistas – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de um fundo de capital de risco português em arbitragem contra multinacional do setor de petróleo e gás, relativo a contratos de prestação de serviços e de fornecimento de combustível – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de um grupo internacional no setor da construção e energia numa arbitragem CCI contra um grupo de construção francês, relativa a um contrato EPC de uma central de cogeração – lugar da arbitragem Lisboa, lei aplicável a Portuguesa e língua inglesa;
- Em representação de um fundo de investimento imobiliário alemão em arbitragem contra holding portuguesa, relativa a contrato promessa de construção e aquisição de um edifício de escritórios – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa.

Experiência em outros mecanismos de resolução alternativa de litígios (como advogada - seleção)

- Em representação de uma empresa pública de Madagáscar no âmbito de RAL (*Dispute Board*) relativo a contrato FIDIC MDB (2010) para o desenvolvimento de instalações portuárias naquele país, celebrado com um consórcio de empresas de construção japonesas – lei aplicável a de Madagáscar e língua inglesa;
- Em representação de uma empresa pública de Cabo Verde no âmbito de uma mediação CCI contra um grupo de construção francês relativa a contrato para a construção de uma central termoelétrica naquele país – lugar da mediação Lisboa e lei aplicável a de Cabo Verde;
- Em representação de uma empresa pública de Moçambique no âmbito de RAL (*Dispute Board*) relativo a contrato FIDIC MDB (2010) para a reabilitação e ampliação de instalações portuárias naquele país, celebrado com um consórcio de empresas de construção japonesas – lei aplicável a de Moçambique e língua inglesa.

Publicações

- Resolver em vez de decidir: as vantagens da mediação comercial, *Advocatus* (autora);
- Enforcement of a Dispute Avoidance and Adjudication Board (DAAB) decision, *Club Español e Iberoamericano del Arbitraje, Comisión de Dispute Boards, Newsletter* no. 3 (autora);
- Risk allocation as a mechanism for minimising disputes in construction contracts in challenging times, *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Vol. XVIII, 2022 (autora);
- Convenção de Viena sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias – Anotação PLMJ, Almedina (co-autora);
- Litígios de construção: sobre a negociação e redação do contrato (podcast);
- Building in Pandemic Times - A brief overview of dispute resolution solutions in construction contracts, *Young Arbitration Review*, Edition 43, 10th anniversary Edition (co-autora);
- Grupo de empresas e aceitação tácita da extensão da convenção de cláusula arbitral – comentário a Acórdão do STJ de 15.01.2019 (co-autora);
- O dever de fundamentação da sentença arbitral – comentário a Acórdão do STJ de 16.03.2017 (autora);
- Cláusula compromissória em contrato quadro e princípio da competência da competência do tribunal arbitral – comentário a Acórdão do STJ de 21.06.2016 (autora);
- Relatório para Portugal sobre o Uso das Regras e Diretrizes da IBA (co-autora);

- Comentário sobre o caso Dallah Real Estate and Tourism Holding Company v. O Ministério da Assuntos Religiosos, Governo do Paquistão, 100 Anos de Arbitragem - Os casos essenciais comentados, Coleção PLMJ, Coimbra Editora (autora).

Conferências e ações de formação

- XVIII Congresso do Centro de Arbitragem Comercial, oradora no painel sobre "A Arbitragem Rápida Cumpre O Seu Propósito?" (julho de 2025);
- III Congresso do Direito da Construção, moderadora do painel sobre "Contract Management e novas tendências na construção" (dezembro de 2024);
- I Jornadas sobre Mediação em Portugal, oradora no painel sobre "Mediação Internacional" (novembro 2024);
- 2.ª edição do Curso Intensivo de Arbitragem, promovido pela Associação Portuguesa de Arbitragem e pela Portuguese Arbitration Moot Association, palestrante no módulo "Introdução à Arbitragem (Natureza e Princípios" (outubro de 2024);
- Paris Arbitration Week, Encontro de arbitragem da Lusofonia, oradora em painel dedicado à "Arbitragem, crime e processo penal", no segmento "Crimes relacionados com a prova na arbitragem" (março 2024);
- II ICC Iberian Arbitration Day Madrid, oradora em painel dedicado a "Métodos alternativos de resolução de litígios, arbitragem e direito da construção " (novembro de 2023);
- II Congresso do Direito da Construção, moderadora da mesa-redonda dedicada a "Como gerir grandes contratos de empreitada: os principais desafios" (maio de 2023);
- Workshop sobre Contratos FIDIC, palestrante (setembro de 2022);
- I Congresso do Direito da Construção, oradora na mesa-redonda dedicada a "Mecanismos de resolução de conflitos" (março de 2022);
- Seminário sobre negociação e formação de contratos e gestão de contratos, palestrante (setembro de 2021);
- Impacto da Pandemia da COVID-19 na Gestão de Contratos Ordem dos Engenheiros Portugueses (Região Sul), palestrante (outubro de 2020);
- Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Direito, palestrante da cadeira de "Oral advocacy " no mestrado em forense e arbitragem (maio de 2017).

Línguas

Português (língua materna) e inglês (fluente).

P

L

M

J

Reconhecimentos internacionais

Best Lawyers 2023 e 2024.

Julho de 2025